

Presente etnográfico e “presente museográfico”: o caso do Museu do Futebol visto por um antropólogo urbano

LUIZ HENRIQUE DE TOLEDO

Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, São Paulo, Brasil

DOI 10.11606/issn.2316-9133.v28i1p249-272

resumo Este artigo articula sugestões de método, formuladas a partir do acúmulo de experiências etnográficas há décadas no âmbito das práticas torcedoras, com os trabalhos mais recentes de Daniela do Amaral Alfonsi, diretora técnica do Museu do Futebol, que defendeu tese de doutorado no Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da USP, ocasião na qual participei como um dos avaliadores. Da noção de pessoa antropológica em contexto urbano, discutida na primeira parte do artigo, extraio a noção de “memória outra”. Na segunda parte estabeleço interlocução com a tese a partir da arguição que foi escrita para a ocasião da defesa. Entre outras coisas, Alfonsi aborda o lugar do Museu do Futebol no contexto de experiências museológicas que tematizam esportes e da minha parte estabeleço um diálogo com sua pesquisa e em parte com a condição profissional vivenciada “de perto e de dentro” pela antropóloga museóloga. A discussão sobre o Museu do Futebol no cenário da museologia se oferece criticamente em relação à concepção de que museus seriam centros indutores de memória na invenção daquilo que adapto aqui por “presente museográfico”, em franca analogia às implicações inquietantes contidas na expressão “presente etnográfico”.

palavras chave: Antropologia, Museu, futebol, *memória outra*, antropologia urbana, antropologia das práticas esportivas

**Ethnographic present and “museographic present”: the Museu do Futebol by
an urban anthropologist**

abstract This paper articulates method suggestions formulated from the accumulation of ethnographic experiences during decades in the field of the fan practices with the most recent work of Daniela do Amaral Alfonsi, technical director of the Museu do Futebol (Soccer Museum), who was awarded with a doctoral title in the Postgraduate Program on Social Anthropology at USP, and whose final evaluation I took part. From the

notion of anthropological person in urban contexts, which is discussed in the first part of the article, I have extracted the concept of “memory other”. In the second part, I establish kind of dialogue with the thesis taking my argument that was written in the occasion of her defense. Among other things, Alfonsi approaches the locus of the Museum in the context of “museological experiments” in sports, and from my point of consideration, I establish a debate with her research and the professional condition experienced “up close and inside” by the anthropologist-museologist. Such debate about the “Soccer Museum” in the museology scene offers itself critically in relation to the conception that museums would be memory-inducing centers in the invention of what I call here “museographic present”, in analogy to the disturbing implications contained in the current expression of “ethnographic present”.

keywords: Anthropology, Museum, soccer, *memory other*, urban anthropology, anthropology of sports practices

Introdução

Este artigo divide-se em duas partes. Na primeira faço algumas considerações de método e sugiro a noção de *memória outra* como recurso agentivo na elaboração de etnografias “remotas” na esteira daquilo que autores como Herzfeld apontou:

(...) não podemos examinar como várias populações e grupos de interesse utilizam as suas imagens do passado para constituir e reforçar os interesses no presente, a menos que estejamos preparados para incluir no nosso campo de atuação a questão de até onde os antropólogos e outros estudiosos se tornaram eles mesmos participantes nestes processos (HERZFELD, 2001, p.80).

Na segunda parte o relato caberá na forma de uma etnografia da minha participação na defesa de tese do trabalho da pesquisadora e diretora do Museu do Futebol Daniela Alfonsi¹, que na interface da sua experiencia de museóloga a fabricação da sua pessoa como antropóloga também parece se aproximar da noção aqui sugerida de *memória outra* ao se posicionar no lugar das negociações sobre critérios de classificação e pertinência pelos quais

¹ Participei das bancas de qualificação e defesa do trabalho intitulado *Réplicas Originais. Um estudo sobre futebol nos museus*. Tese de doutorado, PPGAS-USP, orientada pelo professor doutor José Guilherme Cantor Magnani, 2018. Agradeço a ambos pelas oportunidades de interlocução e aos colegas que compuseram a banca de defesa: professora dra Maria Cristina Oliveira Bruno, professor dr José Paulo Florenzano e professor Heitor Frúgoli Jr. No currículo Lattes de Daniela lê-se: “Diretora Técnica do Museu do Futebol (desde 2014), onde coordenou a área de documentação, pesquisa e exposições e a implantação do Centro de Referência do Futebol Brasileiro (2008-2013). Doutora em Antropologia Social pela USP (2018), com pesquisa sobre a área de patrimonialização do esporte. Tem experiência nas áreas de Antropologia, Museologia e Gestão Cultural, atuando principalmente nos seguintes temas: patrimônio, museus, lazer, esportes, futebol”. Lembro ainda que participei de algumas discussões como conselheiro do Centro de Referência do Futebol Brasileiro.

se estabelecem as relações entre passado e presente num específico projeto de museu. Projeto cujos propósitos intentam oferecer narrativas multifacetadas para se contrapor às concepções mais lineares que amparam muitas narrativas sobre o futebol brasileiro, desde que tomado por *esporte-nação*, ou ainda se contrapor a uma noção de senso comum, diria caridosa, de que sendo cultura, afinal o futebol vazou para a literatura, para as artes em geral, ou ao menos um aspecto da Cultura brasileira, o futebol mereceria um museu só para si.

Advirto que as passagens citadas da arguição seguem quase na forma de um diálogo, ainda que previamente escrito, bastante informal estabelecido à época do ritual da tese, quer dizer, intencionalmente conduzido para esse fim a despeito de todo formalismo protocolar que geralmente orienta defesas de trabalhos acadêmicos. Procuo com as minhas intervenções seguir um tom deliberadamente lateral, por vezes jocoso, não somente como afirmação de um estilo de arguir², mas sobretudo para induzir e estender aquilo que autores como Fabian ([1983] 2013) denominam de coetaneidade:

Quando se trata de produzir discurso antropológico nas formas da descrição, análise e conclusões teóricas, os mesmos etnógrafos com frequência esquecerão ou negarão suas experiências de coetaneidade com os povos que estudaram. Pior, eles vão falar continuamente de suas experiências com invocações ritualísticas sobre ‘observação participante’ e o ‘presente etnográfico’. (FABIAN, 2013, p.69).

Fabian problematiza a distância temporal como mecanismo de agência política de qualquer discurso científico que, inevitavelmente, se impõe ao estabelecer seus objetos. Coetaneidade, que estaria na raiz do encontro proporcionado pela etnografia, e nesse caso tomo a própria defesa da tese como exemplo, seria um mecanismo de contra poder a ser explorado pelos antropólogos, desde que mantendo a coetaneidade, da pesquisa à escrita ou ao diálogo numa banca como forma de, digamos, reduzir o caráter hierárquico imposto pela retórica do “presente etnográfico” como primado epistemológico e de poder.

Mas diria que coetaneidade seria mais do que estabelecer o primado da contemporaneidade entre sujeitos ou a chancela da polissemia nos discursos etnográficos, pois a imagino também como recurso de deslocamento (temporal) reversível entre passado e presente, induzindo os agentes à ação desde um passado estabelecido entre sujeitos. No âmbito da experiência etnográfica amparo esse deslocamento propondo a noção de *memória outra*. Retenho nessa direção outro argumento de Fabian:

(...) um passado etnográfico pode ser tornar a mais vívida parte de nossa presente existência. Pessoas, eventos, surpresas e descobertas encontrados durante o trabalho de campo podem continuar a ocupar nossos

² Para uma breve discussão sobre o estatuto desses documentos, que são as arguições acadêmicas, e a produção de um estilo de arguir consultar Toledo (2019).

pensamentos e fantasias durante anos (...) o passado etnográfico é o presente do discurso antropológico(...). (FABIAN, 2013, p.119).

Eternizar o “presente” na forma retórica do texto etnográfico pode ser pensado simetricamente à noção de senso comum que avalia que o passado também pode ser eternizado num “presente museográfico” oferecido por coleções expostas em museus. Por isso à coetaneidade, que para Fabian estaria ancorada num tempo intersubjetivo e não exatamente físico ou sociologicamente tipológico, agregaria ainda a noção reversível de *memória outra*, pois ambas parecem manter um certo frescor se comparado às reificações muitas vezes impostas pelos mecanismos de apreensão de conhecimento em exercícios classificatórios, seja na antropologia, seja em contextos expositivos.

Essas questões ainda encaminham algumas ideias severas propostas por Roy Wagner ao estabelecer relações de proximidade entre o *métier* antropológico e as atividades museológicas, uma vez que ambas se firmariam como processos de *metaforização* da vida em cultura, cerne, segundo esse autor, da compreensão antropológica. Mas essas atividades epistemológicas precisaram confrontar outras noções de cultura às quais nunca abandonaram completamente e que criticamente dialogaram com o sentido marcado da noção de Cultura como processo de estilização, refinamento e domesticação do homem por ele mesmo. As atividades do conhecimento antropológico, e estenderia às atividades museológicas, constituiriam aquilo que o autor define como metaforizações ulteriores desse sentido de Cultura como aquilo que ele ironiza sendo “sala de ópera”:

O uso antropológico de ‘cultura’ constitui uma metaforização ulterior, se não uma democratização, dessa acepção essencialmente elitista e aristocrática. Ela equivale a uma extensão abstrata da noção de domesticação e refinamento humanos do indivíduo para o coletivo, de modo que podemos falar de cultura como controle, refinamento e aperfeiçoamento gerais do homem por ele mesmo, em lugar da conspicuidade de um só homem nesse aspecto” (WAGNER, 2010, p.14).

Não obstante, cultura, queira no sentido restrito antropológico ou museológico, mantém-se atada às noções tais como classificação, ordem, determinação, ajuntamentos de ideias, invenções e realizações: “[n]ossas tentativas de metaforizar os povos tribais como “Cultura” os reduziram a técnicas e artefatos; nossas tentativas de produzir essas culturas etnologicamente, de compreender o ‘artefato’ reproduzindo-o, redundaram em ‘sistemas’ sobredeterminados” (WAGNER, 2010, p.64).

Mas Antropologia e Museologia não se aproximam tão somente em virtude dessas críticas que recaem sobre convencionalizações epistemológicas, a notar que os usos na tese *Répliques Originais...* de autores ditos “pós-sociais, como o próprio Roy Wagner, apontam para distanciamentos cada vez mais críticos e profícuos em relação tanto às noções de Cultura

como “sala de ópera” quanto atentar para os perigos de subsumir os interlocutores, agentes inquietantes que produzem continuamente significados frente aos processos de classificações, científicas ou expositivas: “nossa Cultura é uma soma dessas coisas: conservamos as ideias, as citações, as memórias, as criações, e deixamos passar as pessoas. Nossos sótãos, porões, baús, álbuns e museus estão repletos desse tipo de cultura” (WAGNER, 2010, p.60).

Partindo da prática museológica informada por uma literatura antropológica Alfonsi propõe na tese uma definição “pós social” para museus:

(...) museus não são entidades fechadas em si, mas um ‘agregado de fios’, que carregam e criam coisas o tempo todo e fazem essas coisas circularem. Podem promover certas estabilizações de conceitos, como abordou Latour no seu estudo da ciência moderna, mas esse procedimento não os torna estáveis, no sentido de um corpo fechado ao exterior (ALFONSI, 2018, p.45).

*** **

Subdividi o texto da arguição, presente na segunda parte, em breves subtópicos para melhor orientar o leitor. Como a escrevi previamente, fiz aqui algumas atualizações, entremeando arguição e artigo. Retenho os argumentos somente relacionados com a leitura da arguição e não o desempenho, réplicas ou trélicas do debate mais geral travado entre arguida com os demais examinadores. Não será objeto de apreciação levantar as muitas contribuições do trabalho, atestadas na ocasião pela banca. O ponto será observar o que sua pesquisa antropológica pode prospectar ou ressoar em relação à centralidade assumida ou não pelos museus como “máquinas” de invenção de memória, questão que veio à público meses depois da defesa (02 de março de 2018) com o anunciado abandono e quase desaparecimento do Museu Nacional em meio às chamadas no inconsequente episódio ocorrido em 02 de setembro de 2018.

Trata-se, portanto, primordialmente de uma relação entre textos: a tese propriamente dita e a escrita da arguição. A reprodução da escrita da arguição estará destacada em espaço simples, entre aspas e itálico, assim o leitor poderá distinguir texto-artigo e texto-arguição³.

Primeira parte: *memória outra* e o etnógrafo, essa pessoa

³ Nota do editor: considerando o cruzamento de textos aqui presente, durante o processo de avaliação e preparação optamos por organizar e apresentar os dois níveis de texto que compõem o artigo de formas diferentes. Entendemos que as notas de arguição são um gênero de circulação restrita de modo que o manuseio do material deve ser feito considerando suas especificidades. Desse modo, sempre que na construção do texto o autor faz uso desse gênero como recurso textual e argumentativo, ele é aqui apresentado com recuo menor que as demais citações longas, e em itálico.

Parte do exercício etnográfico é em alguma medida uma aventura autoetnográfica compreendida nos limites sugeridos ao menos desde Marcel Mauss (MAUSS, 2003; BRUMANA, 1983), para quem administrar os sentidos e aguçá-los na forma de instrumentos de percepção em contextos pesquisáveis consiste numa via de acesso às frações dos fenômenos que se aproximam ou que estão em nós, inteligíveis porque apreendidos a partir dos regimes de conteúdos classificados expressos na forma das *representações*, tais como definido na produção do inventário de categorias regionais proposto pelo escola sociológica durkheimiana.

Mas autoetnografia também num sentido coetâneo (FABIAN, 2013) mais marcado que defino como *memória outra*, que talvez se aproxime menos da noção abstrata de representação, ou memória como representação, e como tal uma ideação emanada do substrato orgânico (e psíquico) para se deter na ideia de que todo o passado constitui um regime ontológico da Memória:

Assim como não percebemos as coisas em nós mesmos, mas ali onde elas estão, só apreendemos o passado ali onde ele está, em si mesmo, não em nós, em nosso presente. Há, portanto, um ‘passado geral’, que não é o passado particular de tal ou qual presente, mas que é como um elemento ontológico, um passado eterno e desde sempre, condição para a ‘passagem’ de todo presente particular. É o passado geral que torna possível todos os passados”. (DELEUZE, 2012, p.48).

Nesse sentido a possibilidade presentista da percepção jamais poderia operar a partir de uma continuidade entre passado e presente por meio de representações estáveis, pois passado e presente seriam virtualmente distintos em natureza: “o passado e o presente não designam dois momentos sucessivos, mas dois elementos que coexistem”, onde “cada presente remete a si mesmo como passado” (DELEUZE, 2012, p.50).

Disponibilizo também das formulações mais gerais enunciadas por Roy Wagner, para quem, grosso modo, relações sociais colabariam num mesmo ato simbólico ação e “representação” na produção sempre renovada ou inacabada de significados. Nessa direção, classificações simbólicas seriam para esse autor menos o fundamento de processos ou lógicas de simbolização humanas, pois ações e motivações continuamente participariam desse constructo. Wagner irá circunscrever a noção de *sentido* não como efeito dos signos ou subordinado a esses porque não se trata de alcançar o sentido das coisas buscando tão somente a nomeação (classificação) desses sentidos, mas perceber que a produção de sentido em si mesma é expressão simbólica (WAGNER, 2017, p.IX). O *sentido* seria organizador e constitutivo ou eliciador da modelagem das convenções culturais, que o autor chama de

invenção e não simplesmente o efeito ou objeto das convenções culturais e ou das classificações⁴.

Trata-se, ao meu modo de ver, de concepções em que a velocidade na apreensão dos significados (ou sentidos) compartilhados com outros sujeitos, amparados em mapas cognitivos e fronteiras classificatórias, podem ser colocados em perspectiva. *Memória outra* serviria como recurso de método para tentar apreender tanto fixidez classificatória quanto mudança nesse jogo ininterrupto e inacabado, porque existencial e político, na posse dos significados.

Já se observou que em antropologia urbana - expressão administrativa que reagrupa muitos objetos e temáticas - a pesquisa de campo consagrada e de longa duração pode acabar convertida em pesquisa de “longuíssima duração”, em virtude dos contextos de proximidade, comunicação e vivência que travamos com nossos informantes, produzindo situações potenciais que extravasam os limites temporais formais de pesquisa. E isso parece ter algo a ver com as observações maussianas a respeito da categoria *expectativa* que, embora para ele indutora da noção de totalidade, só poderia se efetuar mediante os arranjos e ações de sujeitos concretos *em ato*. Mas também tem a ver com a noção que introduzo aqui de *memória outra* que, antes de celebrar a continuidade psíquica ou alguma forma de reconstituição dita “histórica” operaria na forma de saltos e descontinuidades multidirecionais, visando o alargamento de uma percepção menos linear entre passado e presente. Ou seja, levar a sério as historicidades na sua multiplicidade ou na acepção proposta por Halbwachs, que de dentro da atmosfera durkheimiana, oferece a noção de história viva:

(...) ao lado de uma história escrita, há uma história viva que se apresenta ou se renova através do tempo e onde é possível encontrar um grande número dessas correntes antigas que haviam desaparecido somente na aparência. Se não fosse assim, teríamos nós o direito de falar em memória, e que serviço poderiam nos prestar quadros que subsistiriam apenas em estado de informações históricas, impessoais e despojadas? (HALBWACHS, [1950] 1990, p. 67).

Diria algo mais, e avançando um pouco as sugestões de Mauss ao colabar duas noções caras - indivíduo e etnógrafo - que pesquisa antropológica em contexto urbano parece muito sensível aos desajustes entre as crenças e ideologias que gravitam em torno das convenções e da noção apriorística de indivíduo, tomada como condição inata, e a fabricação sempre

⁴. Como se pudéssemos dizer que não seriam das classificações e suas combinações (bricolagens) que se produziriam os atos criativos, mas as invenções é que produziriam classificações, sendo algumas sob formas metafóricas menos fugidias, “metáforas convencionais” (WAGNER, 2010, p.17), detendo os atos contínuos da diferenciação individualizante e coletivizando-os em múltiplos planos, mas nunca prescindindo da inventividade dialética diferenciante.

inconclusa da pessoa do etnógrafo que para produzir conhecimento necessariamente precisa relativizá-la em si mesmo.

Sabe-se que a frequência entre pesquisador e pesquisados não é determinada o tempo todo pela co-presença, ainda que os resultados de pesquisa tenham se mantido por muito tempo na forma do “presente etnográfico” como pedra de toque do método etnográfico. Não raramente as relações com os informantes acabam forçosamente mediadas por outros tantos interlocutores interessados e interesseiros, e que, por isso mesmo, nem sempre caberiam na economia dos textos, mas cuja presença insidiosa e muitas vezes incontornável faz com que antropólogos se aproximem pelas bordas de seus “interessantes” objetos, doravante, interlocutores. Por exemplo, é notória as dificuldades que etnógrafos urbanos encontram ao tentar equacionar o potencial informativo ubíquo propagado pelas mídias no resguardo da fatura artesanal etnográfica ante aquela poderosa fenomenotécnica discursiva que ampara a produção de verdades reificantes. Até mesmo porque é comum etnógrafos urbanos interagirem com experiências sistematicamente estereotipadas por parte da mídia: populações carcerárias, políticos, populações desassistidas, práticas de gênero, espaços liminares, religiosidades ou simples torcedores de futebol.

Portanto, em contextos urbanos está-se menos às voltas como alteridades mínimas (PEIRANO, 1999)⁵ e mais diante de alteridades perspectivizadas onde quem é o outro de quem é uma questão cambiante no processo de acercamento dos interlocutores urbanos e nem sempre uma questão apaziguada pelos cadernos de campo do antropólogo⁶.

Mas o fato de pisar os mesmos espaços, afinal urbanos nós, “nós-outros” e outros mais, e de vivenciar frações das cidades que coincidem com algumas das escolhas pessoais acaba permitindo que a toda hora se produzam potenciais interlocutores de pesquisa. A questão se torna, então, um problema de *economia etnográfica* dada aparente abundância de potenciais colaboradores. Diria que se está diante de um problema simmeliano colocado para qualquer candidato a etnógrafo urbano, autor clássico tão festejado na antropologia e sociologia urbanas, que lança mão da noção de *sociação* (e não de sociedade), por meio da qual dirá que a abundância de estímulos que penetram o homem citadino faz com que ele resista ao nivelamento e uniformidade sócio-técnicas, produzindo um recrudescimento de seu “eu”, uma atitude de reserva (SIMMEL, 1973).

Nessa chave o meio urbano seria esse lugar que se acreditava marcado pelo excessivo intelectualismo e calculabilidade, pelo império da forma e das consciências elevadas, pelas proximidades corporais e distanciamentos espirituais ou, de outra parte, morada de um homem destotalizado porque domesticado nas esferas da sua consciência, e que para Mauss,

⁵. No ensaio *Antropologia no Brasil* (alteridade contextualizada) Peirano oferece uma classificação para se pensar nos deslizamentos epistemológicos da alteridade nos trabalhos antropológicos no Brasil até meados dos anos 1990.

⁶. Trata-se menos de vislumbrar totalidades a partir da percepção perscrutadora do observador do que divisar aquilo que Strathern compreende por *contexto* na produção da escrita antropológica (STRATHERN, 2013).

portanto, serviria de contraponto metodológico ao verdadeiro sujeito antropológico, o *homem total* (MAUSS, 2003, p. 339) .

A fabricação da pessoa do etnógrafo urbano parece inverter tais mecanismos sócio psicológicos pela via da crítica ao método e pode ser apreendido como lugar de espalhamento da pessoa do antropólogo, desafiado pela prática etnográfica. Mas talvez a questão da fabricação da pessoa do etnógrafo urbano passe pelas sucessivas totalizações e destotalizações implicadas no modo com que se engaja na pesquisa e o primado ou objeto essencial encarnado na ideia de *homem total* seja vivenciado antes de tudo por ele mesmo na produção de uma *memória outra*, não exatamente a sua, mas memória etnográfica.

Trata-se, em suma, de constituir socialidades ou sociações, como insiste Simmel, termos que sugerem algum contrapondo com o que disse de modo jocoso Clifford Geertz ao inquirir sobre a frouxidão do método etnográfico: “[q]ue tipo de cientistas são esses cuja técnica principal é a sociabilidade e cujo principal instrumento são eles mesmos? Que podemos esperar deles, senão uma prosa carregada e belas teorias? (GEERTZ, 2001, p.91). Sociabilidade aparece aqui francamente numa acepção positivada, como se as interações sociais transcorressem de forma prazenteira e os agentes acomodados em suas unidades psíquicas intransponíveis fingissem uns serem sujeitos, outros, os investigados. Já sociação carregaria a marca dos regimes de diferença que instauram as interações sociais em *contexto*, e um etnógrafo em campo seria mais um elemento a compor ou recompor, fazer ou desfazer esses regimes de alteridade e classificações.

E em se tratando de alguma aproximação com o passado, já que a antropologia contemporânea tende a assumir seu caráter de história (GOLDMAN, 1999), colocar a *memória outra* a serviço da etnografia seria dar profundidade temporal aos dados etnográficos sem recorrer a onipresença da noção de presente encapsulando o passado. Resguardada sua potência ontológica, o passado poderia oferecer ao presente algo mais do que repositório de lembranças ou presentificações, quem sabe criação agentiva por onde a memória vise ações transformadoras. Aqui, como se sugere, tanto a crítica ao dito “presente etnográfico” quanto ao “presente museográfico” podem estabelecer um diálogo nas formas pelas quais inventaram seus respectivos “objetos”, observados no desenvolvimento seja na antropologia urbana ou no campo da museologia.

Dessas lições tiradas obliquamente de um Simmel ou de um Mauss e partindo do pressuposto de que o campo se apresenta na forma de uma *economia etnográfica* a investigação em terreno urbano não se deve intimidar ou paralisar diante daquilo que se convencionou denominar “sociedade complexa”. Mas devemos tomar ciência de que tornar-se um etnógrafo urbano não deixa de ser inevitavelmente mais uma forma estilizada de individuação e de estar nesse mundo, situação um tanto traiçoeira que poderia encurralar o método etnográfico nas trincheiras de outras tantas técnicas e abordagens que o mimetizam ou pretensamente pretendem melhor se adequar a escala de grandeza do meio urbano. Mas a visada etnográfica nesse contexto revela alguma eficácia na medida em que há algo no próprio método que recusaria formas mais grosseiras de reificação ou reduções sociológicas

ao contrário do que se supõe quando se mencionam os supostos condicionantes limitantes da escala da abordagem etnográfica.

Tal recusa à grosseria metodológica, digamos assim, se deve, em boa medida, ao que citei acima, ou seja, o processo constante e inconcluso de fabricação da pessoa do etnógrafo e que teria a ver com o que comecei esboçar como *memória outra* que, embora memória, pouco teria a ver com processo introspectivo, subjetivista, embotamento de sentidos, possessão, reservas do eu ou estilização destotalizadora da experiência.

Memória outra não seria somente um olhar para “dentro”, interiorizado, mas voltado para muitos “foras”, memória interessada em outros “exteriores” que, mesmo presos às formas pretéritas do vivido e passando pelo crivo de um tempo histórico, o inventário descrito não escaparia jamais à invenção, num sentido wagneriano do termo (WAGNER, 2010), criativa e desordeira de se contar alguma história.

Volto aqui ao “paradoxo da memória” entre passado e presente sugerido pelo bergsonianismo comentado por Deleuze, para quem o passado seria contemporâneo de um presente que se foi (DELEUZE, 2012, p.49), numa espécie de looping temporal. Nesses termos *memória outra* poderia ser pensada não como fiadora do “presente etnográfico”, mas expressão de mobilização permanente de “passados etnográficos”, atividade constante de uma memória que espacializa o tempo na experiência da pessoa do etnógrafo. Cabe uma última observação extraída de Fabian:

“No entanto, é de imaginar que um etnógrafo constantemente ‘em movimento’ possa perder sua capacidade de realizar valiosas experiências etnográficas de modo geral, pela simples razão de que o outro nunca teria tempo para se tornar parte do passado do etnógrafo. O tempo também é necessário para que o etnógrafo se torne parte do passado de seu interlocutor (FABIAN, 2013, p.117).

Anotações, cadernos de campo, gravações de depoimentos, conversas informais, entrevistas são todos descritores reificantes que tentam estabilizar o conteúdo vivido de nossas incursões a campo e, obviamente, se fazem necessários, mas qualquer experiência em campo minimamente entusiasmada parece produzir sempre algo mais, um excedente capturado aqui pela noção de *memória outra* que, controlada a pieguice, nostalgia e aderência excessiva e reativa a qualquer ordem moral nativa, pode oferecer uma fonte de informações não pelo suposto viés subjetivista do método etnográfico, mas por instaurar um regime de intencionalidades que fluido, porém sensível às demandas convencionadas, sensível a *economia etnográfica*, portanto, reposicionaria a memória do pesquisador a serviço quase que perpétuo da etnografia (espécie de escravidão metodológica, mais valia esclarecida, que dialoga com o que Yves Delaporte citado por Goldman denominou de pesquisa de

“longuíssima duração”⁷. Em outros termos, permitiria reajustar a própria pessoa do etnógrafo e reposicioná-lo no contexto etnográfico, reindexando acontecimentos passados, distantes ou muito laterais em motes reconvertidos em dados, digamos, desorganizados pelo encontro com os “outros” na memória.

Exercício intersubjetivo, ainda que revivido no pensamento do etnógrafo, jamais prescinde da experiência com os outros, portanto trata-se, nesse sentido não de exercício de desindividualização em busca de alguma objetividade, mas de recontextualização de relações e que por isso também se distancia do recurso necessariamente prospectivo ou “histórico” de objetivação de acontecimentos passados fixados num presente, porque não pretende alcançar a inércia dos fatos ou artefatos de um passado domesticado numa memória histórica ou em um “presente museográfico”.

Sendo assim, parto do pressuposto de que podemos etnografar dados biográficos realocando a noção de historicidade na chave de uma memória propriamente etnográfica (*memória outra*), portanto menos historiográfica ou memorialista. Creio que essa discussão também possa alcançar as atividades museológicas e seus dramas em torno de ideias caras, tais como a de preservação da memória (qual memória? de quem? para quem?), condição do discurso que transversa o senso comum sobre essas instituições cuja missão preservacionista em formas classificatórias estáveis seguem amparando o conceito mais genérico e diria “estatal” de museu, produzindo o “presente museográfico”.

Etnografias urbanas, que lidam com questões históricas ou fenômenos de uma determinada temporalidade podem se acautelar em relação ao *metiér* mais comum dos historiadores profissionais e ou museólogos que trabalham linhas temporais mais retroativas e exteriores, ou menos suscetíveis às experiências sensoriais que o sujeito enfrenta em contexto etnográfico. Trata-se de outro aspecto de como apreender a historicidade alocada na *memória outra*, levando em conta a dimensão da subjetividade que está inserida no método, francamente experienciada nos trabalhos de fatura etnográfica e em seus regimes de afeto desde a noção de fato social total. Ativar a *memória outra* e cercar-se do passado seria levar em conta sua natureza ontológica e desconhecida, portanto produtora de ações e diferenças e menos presentificação de um passado já inerte ou domesticado tanto pelas representações classificantes ou narrativas históricas convencionais.

Por último, há ainda aqueles que professam que alguns fenômenos que investigamos já “nasceriam” potencialmente mais etnográficos que outros, quer pelo distanciamento lingüístico e cultural que se impõem, pelo grau de exotismo, distanciamento espacial, quer pelo aparente ineditismo ou por estarem na ordem da mídia ou ainda por produzirem difrações em relação aos valores morais vigentes.

Possivelmente as circunstâncias que definem tal potencial etnográfico não estejam nas qualidades intrínsecas nem dos fenômenos a serem colocados sob a investigação, nem dos sujeitos que se prestam à investigação, mas determinadas pela misteriosa mistura e saltos

⁷. Delaporte citado por Goldman (1999, p.115).

operados entre ambos, uma freqüentação intensa dificilmente prevista como estratégia de pesquisa *a priori*, ou sequer antecipada por algum protocolo de pesquisa. Tal “freqüentação” não cessa ao final da pesquisa, pois jamais domesticamos totalmente essas relações e aqui pode ser notado vasos comunicantes oferecidos entre a prática antropológica e museológica apontados ao final da tese por Alfonsi ao generalizar o modo como compreende os contextos em que objetos menos canônicos da ordem da Cultura passam a ser museologizados:

Objetos não ‘representam’, não estão dispostos no mundo de modo passivo: eles atuam nas relações sociais, agem na configuração dos sentidos e ideias. Os objetos selecionados para os museus, desse modo, podem render ao estudo sobre os museus para além da descrição dos critérios que os colocaram lá, as formas com as quais foram classificados pelos curadores e outros profissionais. Os próprios objetos agem nos modos como as narrativas museológicas são propostas, desencadeando efeitos não previstos junto aos visitantes (ALFONSI, 2018, p.173).

Segunda parte: museus dentro de museus

Logo nas primeiras páginas da tese a questão de senso comum associando museus ao acúmulo de memorabilia e a presença de relíquias como fator de distinção no âmbito das classificações colecionáveis presentes em museus é colocada em perspectiva crítica:

Em nove anos de atuação e tendo recebido mais de 3 milhões de visitantes até o momento de escrita dessa tese, o Museu do Futebol propiciou a formação de um discurso que carrega adjetivos como ‘moderno’, ‘interativo’ e ‘tecnológico’, associou a visita à sua exposição a ideias como ‘diversão’, ‘emoção’ e ‘história do Brasil’ e reafirmou o fato de que nele ‘não há relíquias’, diferenciando-se dos demais museus (ALFONSI, 2018, p.20).

A ausência das relíquias, objetos que definiriam a condição estável do “presente museográfico”, trouxe para a arguição um problema da extensão das classificações e a crítica ao pressuposto da noção heurística de *totalidade* ou de cultura do ponto de vista antropológico, já mencionada a partir de Roy Wagner, sobre como reunir artefatos, argumentos, imagens dentro de fronteiras inteligíveis: esforço tanto da prática antropológica quanto da prática museológica. Ao observar o problema da totalidade e suas escalas Strathern faz um comentário a respeito dos museus etnológicos que, creio, possa ser generalizado:

(...) os museus etnográficos têm plena consciência da natureza do que é específico, isto é, das qualidades tangíveis dos objetos que lhes conferem sua forma singular. Contudo, em muitos casos, o curador ou o etnógrafo sabe muito mais sobre esses objetos do que pode ser exibido. Os etnógrafos têm consciência de quão interconectadas são as coisas. Basta mostrar um machado de pedra e a maior parte das pessoas terá alguma ideia de como ele foi usado; mas, se forem exibidos o tambor de um xamã ou uma figura de argila, o visitante poderá não estabelecer uma conexão imediata entre esses artefatos e seu uso. O que o etnógrafo poderá fazer? Uma possibilidade é mostrar como esse item específico faz parte de um todo mais amplo” (STRATHERN, 2014, p.494).

Ou, alternativamente, “mobilizar um recurso extremamente significativo, ou seja, as ideias das próprias pessoas sobre o que seria um tratamento ‘completo’. Essas ideias podem inspirar-se em um conceito da pessoa como um todo” (STRATHERN, 2014, p.495).

A noção relacional de *pessoa como um todo*, desde que visibilizada e reconhecida como portadora da inventividade produtora de contextos permite aproximar taticamente museólogos, antropólogos e seus “públicos”. E ativar por intermédio dos recursos metodológicos da *memória outra*, outras memórias frequentemente hibernadas na memorabilia aparentemente inerte. Lidar com as experiências pessoais convertidas em *memória outra*, no caso de antropólogos e museólogos, ou mobilizar a noção de *pessoa como um todo* ao levar em conta o modo como o torcedor público do museu do Futebol pode lidar com os espaços expositivos não deixa de ser um exercício metodológico de coetaneidade para uns, existencial para outros, e de percepção de totalidades ou contextos parciais inventivos.

Nesse sentido, o Museu do Futebol pretende se colocar no concerto da museologia brasileira contemporânea⁸ como mais uma experiência inventiva no sentido da produção de contextos onde se aproximariam o método (da Antropologia, da Museologia) da experiência, para além do fomento de uma memória reativa e estaque do futebol ainda muito atada à linearidade que o pensa na chave dos etapismos historicistas. Aliás, muitos museus ou memoriais tematizam o futebol a partir dessa perspectiva evolucionista, recalçando os grandes acontecimentos e as efemérides que se crêem conhecidas e que transmitiriam passivamente “todo o regime” (STRATHERN, 2014, p.495).

Museus como máquinas transformadoras

⁸. Sobre o Museu da Língua Portuguesa (2006), escreve a autora: “Esse museu inaugurou um novo modelo institucional no país, especialmente pelo primordial uso de recursos audiovisuais em suas exposições, além da inédita temática. O novo paradigma para os museus brasileiros foi seguido pelo Museu do Futebol (2008) e recentemente, por vários outros, como o Museu do Amanhã no Rio de Janeiro (2015), o Cais do Sertão e o Paço do Frevo em Recife (2014), o Museu das Minas e do Metal em Belo Horizonte (2008) e o Museu da Gente Sergipana em Aracaju (2011)” (ALFONSI, 2018, p.25).

Passei a interpelar a arguida em relação a uma expressão que criativamente apareceu à página 169 da tese numa definição dos museus como sendo “máquinas transformadoras”. Concordando com essa avaliação estendi essa observação à Antropologia e disse que acrescentaria a essa imagem ainda uma outra:

(...) diria que museus, acrescento as antropologias e essas coisas que gostamos de fazer seriam “modos de articular diferenças”, para seguir obliquamente sugestão de Marcio Goldman (Goldman, 2017). Aí acho que a leitura da tese recolocaria os Museus numa chave mais abrangente e dentro do conjunto de relações que eles travam com o mundo e, como é uma tese acadêmica, com a Antropologia. Coleções reúnem objetos que não raramente nunca tiveram a pretensão de estar ali juntos como se fossem um time de futebol formado deliberadamente pela reunião de amigos, isso para dizer que, como reitera autores como Lévi-Strauss, classificar seria produto da atividade simbólica, quer científica, quer “selvagem”. Levando em conta a classificação menos como um procedimento universal do espírito, penso que se está sempre às voltas com as maneiras de juntar (classificar) as coisas, o que vale dizer, modos de articular diferenças⁹. Talvez esse seja o problema, como juntar coisas que não queriam, não deveriam ou simplesmente não programaram para estarem juntas. Mas fazemos isso o tempo todo, das tampinhas de garrafa que na minha infância “passeavam” soltas pelas ruas, e mesmo que chutadas pela molecada estavam livres das nossas maquinações conceituais de meninos, para depois alguém dizer que aquilo era bacana juntar e associá-las a algum valor e, desafortunadas, acabarem confinadas e enferrujadas no fundo de uma lata de leite Ninho. Outras tantas coisas, pra não dizer quase tudo, parece que tiveram o mesmo destino sob o manto da epistemologia ocidental orientada pelo cientificismo das classificações.

Óbvio que essas provocações lidas no momento da arguição não tiveram a intenção irresponsável de desdenhar o fato inescapável das classificações como atividade simbólica, tema caro para a socioantropologia do conhecimento, mas atentar, ainda que jocosamente, para o fato de que entre museus, Antropologia e a vida há conectividades que precisariam ser reconectadas ou postas em relações de contexto e coetaneidade para além do fato de que somos máquinas classificatórias. Daí o interesse na metáfora da “máquina transformadora” que atenta para aquilo que Roy Wagner chama a atenção, ou seja, de que fato e significação produziram as condições de possibilidade da inventividade e constituem-se ao mesmo tempo no transcurso das ações na acepção e experiência da *pessoa como um todo*. Sigo na transcrição da leitura da arguição:

Mas podemos usar esse colecionismo como arma irônica e para citar o clima de momento, sempre penso o exército dessa maneira, quer dizer, como a minha lata de leite ninho a confinar soldadinhos, aliás, outra coisa que juntei também desde a minha infância. De resto, brincamos não só de ciência do concreto, mas de Estado quando operamos essas

⁹. Abordei essa questão dos ajuntamentos de coisas tomando a singela prática de colecionar figurinhas em copas do mundo para trazer questões metodológicas e pensar a problemática das classificações (TOLEDO, 2014).

classificações e esses ajuntamentos, dos não sérios aos mais sérios. Eu mesmo coleciono Playmobil, quer brinquedo mais estatal que este que tematiza o império romano, o velho oeste americano, a África sob julgo europeu e etc.

Portanto, transcrevo o que disse na ocasião da arguição, acrescentando à ideia de máquina transformadora:

(...) assim como num Museu, que junta coisas que nunca tiveram a pretensão ou vontade de estarem ali é a Antropologia e aí sim podemos chamar de máquina, mas máquina epistemológica, de juntar e colecionar coisas, conceitos, paisagens etnográficas, orientandos, teses, títulos e menções, inimigos ou amigos conceituais, essa arte esquisita que no fundo, ao menos como acreditava Lévi-Strauss, tem a ver com nossa cognição ou condição “natural” de simbolização e modo de estar mundo. Mas essa simbolização não pode ser pensada assim tão naturalmente ou que o natural que ela impõe já seria, na verdade, coisa por nós inventada, sendo o “natural” que ampara o estruturalismo mais um “modo de articular diferenças”.

Os museus fazem de um jeito, a antropologia de outro, e no cotidiano as pessoas fazem outras tantas coleções de coisas que estão à mão. O fato é que você enfrenta um tema cuja universalidade encontra ou se ancora na própria condição ocidental ou, diria alguns humana, objetivado como princípio classificatório e ordenador. Então, gostar ou não gostar de museus é uma atitude por demais tola diante de uma “realidade” inescapável, uma vez que estamos sob o manto das classificações, hierarquizações, delimitações, ajuntamentos. Sempre é preciso ter alguma prudência ou alguma resignação durkheimiana e nesse sentido os museus nem sempre podem ser somente máquinas transformadoras.

Tua tese acabou revolvendo algumas camadas de teorias antropológicas na minha leitura e que você elenca para definir o modelo ou concepção de vanguarda ou diria pós social para o projeto do Museu do Futebol. Então, coisas estranhas aconteceram com a minha leitura antropológica da tese, por exemplo, quando você comenta sobre a circulação de troféus, que contrasta com a maneira expográfica mais convencional de exhibir esses objetos, pois começam a circular por cidades e países, pensei na antropologia clássica. Ao ler sobre o exemplo da circulação dos troféus das grandes competições internacionais (UEFA) não consegui me desvencilhar dos objetos trobianeses descritos lá pelo nosso ancestral, cujo valor daqueles artefatos nativos dependia não da acumulação, mas da disposição para a troca e, sobretudo, no modo como e onde circulavam. Aliás, te recordo, sugeri na época da qualificação especular sobre alguma noção de circuito como forma de apreender a interação desses objetos e os frequentadores do museu do futebol. Dizia lá e digo agora numa chave pós social que objetos também fazem torcedores, quer dizer, quando um corinthiano vê um objeto dentro da cosmologia futebolística corinthiana destacado ou deslocado num museu, portanto fora do contexto, é como se deslocasse também sua condição torcedora para fora de si mesmo para num momento infinitesimal posterior reconhecer ali sua própria condição torcedora, e isso produz alguma diferenciação. Nem importa se ele achou adequada ou não a proposta expográfica (que é um dilema e uma preocupação legítima de quem concebe museus), mas o modo diferenciante com que reconhece num objeto aparentemente conhecido uma fração, que seja, de algo novo ou inédito, aspecto relevante para quem faz museus.

Então Museu serve mesmo pra inventar, ainda que à revelia de seus projetos que reificam efeitos identitários ou narrativas oficiais disso e daquilo.

Enfim, essa ideia de fazer os objetos “caminharem” ao expô-los valoriza a potência que ostentam alcançada no movimento, algo capturado por você nesse belo exemplo dos troféus europeus. Já pensou a Mona Lisa sair por aí em exposições itinerantes? Troféus de futebol podem, a Mona Lisa não. Tudo bem, são muito distintos os contextos e os valores históricos agregados que os produzem como obra de arte, sobretudo para quem os hierarquizam desse ponto de vista ou do ponto de vista da chamada alta cultura. Coisas do futebol até podem ganhar preços consistentes nos mercados, mas ainda não ganham status de alta cultura, e mantêm-se como objetos de muita controvérsia conceitual.

Achei que essa ideia da circulação (malinowskiana como inspiração, mas que poderia derivar para a noção de circuito, categoria trabalhada por Magnani)¹⁰ tenha se perdido ou tomado mesmo outro rumo aqui na tese, quer dizer, procurar entender melhor essa relação entre objetos da cosmologia futebolística e o modo como torcedores enfrentam esses objetos sem cair na ligação direta com a noção meio que monolítica e ‘museu de cera’ (Wagner, 2010) que a noção de identidade nacional em princípio possa sugerir.

Nesse momento da arguição deixei pelo texto outra provocação que parecia se impor como expressão de um gap cognitivo, mas que na verdade tratava-se de uma discussão sobre barreiras simbólicas de classe e uma discussão sobre o papel dos museus na constituição de identidades nacionais, tema caro e presente na concepção do Museu do Futebol:

O torcedor comum coleciona camisas do time ou tampinhas, mas é incapaz de ir ao museu. Onde estariam desfeitos esses links, é uma das tuas preocupações como museóloga. Mas veja, museu também pode ser o lugar de desfazer coisas, desarranjar arranjos, desconceitualizar conceitualizações em nome de uma causa maior, qual seja, produzir outros “modos de articular diferenças”. Bom, é toda a política institucional da qual você colabora para se pensar em novos torcedores frequentadores (torcedores-público) para além daquele público mais educado em museus e que você chama de especialista. É preciso, então, sair da equação histórica de que expandir o público dos museus parece com os impérios que os inventaram e expandiram seus territórios físicos e existenciais. De fato, temos aí um projeto de museu que se torna político, mas precisa estar atento às movimentações, no caso aqui, em torno dessa identidade do que é ser hoje brasileiro (ou o que um brasileiro hoje poderia esperar em um museu), que tem articulado outros modos de gerir ou gerenciar as diferenças: agora somos todos meio evangélicos, meio Anitas e meio Pablos Vitar, meio de direita e meio de esquerda, coisas que vão definindo inclusive o ser torcedor hoje, o que é ser frequentador de museus ou mesmo o que é ser um antropólogo no meio desse contexto de desconstruções de identidades que acreditávamos, poucas décadas atrás, definir todo um modo de vida à brasileira.

Mas outro aspecto parece ter escapado (de você ou da minha leitura), ou que você não tenha levado muito em conta, ou seja, o simples fato de que o próprio museu é em si mesmo um objeto, portanto uma coisa ou relíquia, mas que escorrega das tuas mãos porque

¹⁰ . A propósito consultar Magnani (2017).

há uma crença de que ele não seja um mero artefato, assim como os militares não acham que um exército possa ser, sem ironia aqui, uma “caixinha” que guarda soldadinhos. Até onde avançamos com as classificações e suas abstrações seria a questão a ser colocada. Assim como o Estádio do Pacaembu possui um museu, assim como eu colecionei tampinhas, o Museu também possui o estádio, aliás a relíquia das relíquias. Quando você traz a boa controvérsia em torno da ideia de que o Museu não possui acervo, não é um museu que coleciona coisas “para si”, discordo um pouco, porque desde o início ele já começa com essa inversão simbólica que foi necessária, inventada pelos discursos intelectuais que o viabilizaram como projeto político na medida em que sua coleção começou com uma grande e portentosa relíquia, o Estádio do Pacaembu. A questão é quando o estádio tem um museu (rebaixando-o, digamos assim a condição de um memorial) e quando o Museu tem um estádio (quer dizer, redimensionando o estádio a condição de relíquia). E note, o estádio atualmente, sobretudo após a saída dos corinthianos que ganharam uma nova “casa” para jogar¹¹, está sendo rebaixado à condição de relíquia se tomado no senso comum como algo velho e anacrônico, portanto, em desuso. Os poderes públicos têm apelado para a privatização do estádio municipal em nome de interesses mercadológicos, ou seja, querendo se desfazer de uma relíquia pública que está à disposição de toda uma cidade. E o Museu está ali para dizer não, ‘essa relíquia pode ser mantida por mim’, é do povo da cidade e há uma razão política para que ela se mantenha dentro desse status jurídico de coisa pública.

Essas inversões simbólicas são percepções em disputa e, de novo, modos de articular as diferenças. Não dá para jogar com todos os atores o tempo todo, nem um Museu, nem sua diretora, nem a Antropologia são capazes de tamanha articulação e conexão geral porque há perdas nesse caminho e não dá pra apaziguar os interesses de todo mundo, por isso não dá para botar todo mundo no saco de gatos da identidade nacional, essa totalização fugidia, sempre em disputa no jogo das frações de classe e grupos de poder.

Por fim, tentava chamar a atenção para o fato de que a produção dessa identidade nacional pretensamente consensual e presentificada só poderia operar com eficácia desde que amortizada no tempo pelas narrativas, sobretudo estatais, porque daí se pode quase sempre estilizar e relativizar acontecimentos controversos, porém longínquos, tais como alguns temas tomados por controversos e indigestos pelos mantenedores do Museu. O exemplo notório são os conflitos e os fenômenos da transgressão presentes na socialidade torcedora. Seriam tais fenômenos objetos de museologização? À época da defesa estava em curso os preparativos para uma exposição que colocava essa questão. A exposição cujo nome era “Clássico é clássico e vice-versa: adversários em campo, parceiros na história”, inaugurada meses após a defesa, precisamente no dia 29.09.2018¹² tratava do delicado e

¹¹ Sobre esse processo interessante de mudança de estádio na percepção e sociabilidade torcedora consultar Bocchi (2016). A arguição dessa dissertação está publicada em Toledo (2019).

¹². Conforme o release: Exposição temporária: Clássico é Clássico e vice-versa. Patrocínio: Grupo Globo Apoio: TV Globo e Sportv. Curadoria: Equipe do Museu do Futebol. **Consultoria:** Celso Unzelte Data de visitação: 29/09/2018 a 03/02/2019. Disponível em: <https://www.museudofutebol.org.br/exposicoes-temporarias/classico-e-classico>. Acessado em 25.01.2019.

controverso tema das rivalidades no futebol em torno de alguns jogos denominados de “clássicos”¹³. Sabe-se que esses clássicos fermentam toda uma disposição popular torcedora em ativar rivalidades que alimentam não somente as páginas policiais da grande imprensa como também trabalhos acadêmicos visando discutir um tema nada fugidio como a violência no futebol.

Embora esse tema não fosse o mote da exposição, foi impossível para o torcedor público não levar tal perspectiva para dentro do espaço expositivo, tal como pude notar numa das visitas que fiz à exposição. E mobilizando memórias pessoais de confrontos violentos vividos como torcedor e tantos outros que pude etnografar em pesquisa de campo¹⁴ compartilhei aquela visita com outros tantos que mobilizavam instâncias contíguas de memória.

Museus em artefatos estatais

Nesse momento da arguição me detive num capítulo em que a autora relata experiências da sua observação direta em outros museus que tematizam futebol.

Fiquei entusiasmado ao ver e ler sobre a instalação presente num museu escocês em que estão representados jogadores ingleses naquela humilhante posição ao rés do chão, desajeitados, batidos, sofridos, espesinhados pelas pernas fortes e dotadas de uma habilidade fantástica do jogador escocês. Um autêntico artefato estatal identitário que você chama de anti jogo. Se der tempo no final quero ler uma parte do que escrevi noutra lugar sobre essa noção de anti jogo. Quem em sã consciência, incluo aí os próprios escoceses acreditariam naquela imagem, e essa não é uma mera questão torcedora. Artefato ou objeto que me remeteu a muitas outras tantas imagens que trabalham plasticamente com essa ideia identitarista dos corpos entrelaçados ou juntos, cuja proximidade representaria o esforço de uma conquista, ou muito próximos de conquistar algo. Isso aparece na história da arte ocidental de maneira generalizada. Mas o que me veio à mente foi aquela dos americanos erguendo a bandeira como se uns tropeçassem nos outros nas batalhas do Pacífico, imagem icônica para a identidade quase sempre bélica que formata aquele jogo mortal da guerra (parece que temos versões nacionalistas por aqui, em Petrolina tem uma estátua chamada “Os pracinhas”, soldados que aparecem uns agarrados aos outros, caídos, extenuados numa base em elevação). As esculturas representando os jogadores engalfinhados na representação lá do museu escocês me levaram a pensar outras imagens, por exemplo, o monumento paulistano às bandeiras, a estátua do Brecheret aqui no Ibirapuera. Você pode estar se perguntando aí sentada onde caberiam comparações tão exdrúxulas e já te provoço

¹³ . Colaborei com a exposição com um texto, denominado “A difícil escolha”, em que relato uma experiência torcedora de mudança de time, ou seja, uma experiência de relativização da identidade clubística. Pensei que tal discussão caberia numa exposição em que o centro de gravidade em torno da noção de identidade se fazia muito presente. A intenção foi deslocar ou estabelecer um contraponto ao essencialismo que identidades clubísticas possam remeter.

¹⁴ . Toledo (1996).

dizendo que as faço na chave das associações míticas (selvagens), que juntam ou separam coisas numa lógica distinta da científica, daí a estranheza.

Esse rodeio todo para te perguntar: será que não falta aos museus essa ousadia, sair das classificações científicas e historicistas e adentrar mais ao pensamento selvagem? Será que isso já não seria sugerido por alguns torcedores público que vão ao Museu do Futebol. Torcedores que não raramente ignoram determinadas lógicas expositivas e frustram um tantinho sua diretora?

Mas dizia que a estátua ou monumento às bandeiras junta aqueles sujeitos que entrelaçados ou supostamente comprometidos vão compondo aquele bloco, uma coleção de pessoas icônicas corporificada num esforço local de construção de uma identidade paulista que decisivamente está ausente do nosso cotidiano. Vamos fazer um pouquinho de antropologia urbana. Pense num ônibus lotado aqui nessa mesma cidade, imagem que certamente é mais trágica e certamente menos evocativa dessa visão romantizada de identidade paulista lá no monobloco do Brecheret, que aliás no linguajar jocoso popular é chamado de “deixa que eu empurro” ou algo parecido. Nas últimas eleições municipais o monumento amanheceu estranhamente pixado, o que motivou o candidato Dória a dizer que a cidade estava abandonada. Versões do ocorrido atestam que tudo teria sido um embuste que acabou favorecendo Dória se eleger¹⁵. Se fosse prefeito trocaria aquela do Brecheret por uma instalação de um ônibus apinhado de manequins, essa quem sabe seria a melhor imagem dos nossos dramas locais.

Mas a associação intencional de corpos realizada pelo artista (juntando gente que provavelmente não queria estar ali) quer justamente promover uma identidade e uma narrativa que decisivamente se ausenta das ruas, dos ônibus apinhados, ao menos das ruas populares. Esses ajuntamentos (dos antropólogos, dos museólogos, dos personagens que vemos em estátuas por aí, dos nossos livros, enfim) mentem, te pergunto? Obviamente que não é disso que se trata, pois antes de tudo evidenciam uma batalha pelos significados que você vive na experiência com o Museu o tempo todo, batalha muitas vezes vencida pela ciência e pelos poderes que o legitimam.

Considerações finais

Concluo esse artigo remetendo ao capítulo 1 em que a autora destrincha as tramas políticas e disputas de saberes levados em conta no momento em que se discutiam conteúdos e caminhos do projeto para um Museu do Futebol. Numa dessas ocasiões em que especialistas foram motivados a falar sobre o projeto, e entre eles incluíam antropólogos, um desses citado na etnografia do capítulo, que me furto em nomear para que o leitor vá saciar a curiosidade no texto da tese, perguntava aos demais naquele *workshop* se uma instituição voltada a pensar, expor, discutir, elevar o futebol à categoria de item de uma identidade nacional deveria levar o nome de “museu”. Tempos depois e relendo a tese creio que o nome

¹⁵ Para detalhes sobre o caso em que se discutia a controversa entre pichação e grafite consultar: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/09/1818322-estatuado-borba-gato-e-monumento-as-bandeiras-sao-pichados-em-sp.shtml>. Acesso em 12.01.2019. Para uma discussão antropológica sobre o fenômeno da “pichação”, Pereira (2018).

“museu” tenha sido inevitável por algumas razões expostas aqui e que museus, de fato, fazem parte de nossa economia epistemológica. Já na ocasião da defesa li e expus para a candidata:

(...) Mas um museu também é isso, assim como se diz por aí que o futebol é uma metáfora da guerra (aliás seu comprometimento histórico com as guerras é evidenciado pela literatura) os museus também promovem essas batalhas estéticas, ideológicas e classificatórias dentro da redoma dos saberes amparados por posições políticas. Outra maneira ainda de dizer, agora da perspectiva estatal, que museu também destrói”. “E o teu lugar ali parece decisivo. E te pergunto, você seria capaz de levar a racionalidade mítica ou “selvagem” para dentro de um museu, jogar na chave da simbolização diferenciante e não apenas convencionalizante (Wagner, 2010), capaz de fazer com que os significados dos frequentadores produzissem novas e contínuas classificações à revelia do próprio museu, fazendo e ao mesmo tempo desfazendo o museu (imagino toda a cenografia sendo desmontada pelo pensamento selvagem). Levar um ônibus apinhado de torcedores para dentro do museu como forma de sociabilidade torcedora? Até onde acomodar as classificações selvagens de quem coleciona tampinhas e que depois joga tudo fora num verdadeiro potlatch poderia servir aos propósitos pedagógicos dos museus? O que seria dirigir um contramuseu numa perspectiva contra o Estado e à revelia de seus mantenedores? Isso não é, obviamente, projeto político que se considere aqui, ou responsável, sequer inteligente diante da sua condição de diretora, porque não daria para desfazer as alianças políticas que levaram a efetivação do Museu do Futebol, sequer isso seria factível em termos profissionais, está certo? Mas vale pensar tudo isso como imagem fugidia e contrastiva, alegoria metodológica, digamos assim. Nem essa defesa é um happening daqueles em que depois todos nós rasgaremos a tese numa espécie de carnavalização, jogo ou performance estética. E veja, rasgar não porque faltariam qualidades à tese, mas justamente para demonstrar seu paroxismo.

A leitura da tese de Daniela Alfonsi sobre o Museu do futebol autoriza pensar na interação da pessoa museóloga com a pessoa antropóloga e ambas como agentes de intervenção criativa na elaboração de projetos expositivos. O papel político nem sempre apaziguador que a posição profissional e institucional lhe demanda impõe lidar com várias camadas de memória ao mesmo tempo, sejam institucionais, estatais, pessoais e, diria, aquela que diz respeito ao senso comum depreendido do próprio tema futebol, fenômeno de amplo domínio cujas narrativas servem ao cotidiano, esse lugar da pessoa do *torcedor genérico* ou da *pessoa como um todo*. Já do ponto de vista do arguidor da tese as interfaces mobilizadas pela leitura trouxeram fragmentos de *memória outra* no auxílio da produção da arguição, mobilizando a pessoa do torcedor ao mesmo tempo que a do antropólogo ao examinar a referida tese, tensionando aquilo que já mencionei como um princípio de reversibilidade entre passado e presente.

Descrever experiências torcedoras compartilhadas seria retomar em outras bases existenciais um objeto de pesquisa que iniciou ou forjou uma dada noção de pessoa antropológica nas artimanhas da etnografia. Já o desafio da leitura da tese foi repensar temas

metaforizados pela perspectiva antropológica como torcidas e torcedores de futebol agora reinventados na perspectiva da pessoa museóloga repercutidos em mais uma torção ou *metaforização*, para usar os termos de Wagner (2017) ao transformar o universo torcedor em “objetos” museologizados e torcedores de futebol em público do museu.

Um dos desafios enfrentados na tese, para quem a redigiu, acrescida de sua posição institucional, e para quem a lê, é justamente perceber esse processo de pensar formas de torcer ou os modos de adesão esportiva (torcedores e torcedores-público) para além de um essencialismo que predomina em torno tanto do futebol como elemento de uma cultura nacionalizada essencializada em narrativas estatais, presentificada em espaços institucionais de preservação de memória, quanto perceber a emoção esportiva como agente de politização e produtora de outras narrativas, classificações ou sentidos.

E aqui reencontramos Herzfeld num exemplo singular, ainda que distante, muito elucidativo e que nos diz algo sobre disputas e classificações simbólicas:

Quando os ladrões de ovelhas cretenses indicam que os heróis da revolução nacional grega eram chamados de ‘ladrões’ [kleftes], estão eles simplesmente distorcendo a verdade – como as autoridades teriam dito – ou estão eles percebendo uma conexão histórica real, agora obstruída pela cuidadosa administração do Estado das categorias e dos períodos históricos? (HERZFELD, 2004, p.83).

Retomo uma questão metodológica dizendo que etnografia não coincide necessariamente com pesquisa de campo, ou que a pesquisa não necessariamente é fruto incondicional da co-presença entre sujeitos e sujeitos investigados onde todos estariam aprisionados pela retórica do “presente etnográfico”. Provavelmente nossas historicidades nunca coincidem, por mais que as aproximemos pelo método da co-presença; há intermitências, os dados são continuamente interpretados, estão sempre ontologicamente em movimento e circulação, porque mudam as percepções que os sujeitos investigados fazem de si mesmos e da realidade que os cerca, alteram-se as hierarquia dos valores que definem as classificações que os movem, até mesmo as percepções que elaboram acerca dos pesquisadores, e tudo isso faz com que antropólogos matizem a própria percepção do que seria um campo presente. O que o campo, sempre ancorado no passado permite é buscar estabilizar temporariamente algumas relações, de colaboração com a pesquisa, de amizades ou inimizades pessoais, de alianças políticas, percepções estéticas, relações enfim que extravasam a rígida hierarquia cientificista bidimensional entre pesquisador e pesquisado.

A relação entre relíquias e o público que desfruta das coleções museologizadas na produção de um “presente museográfico” simetriza o dilema da co-presença embutido no método etnográfico, sobretudo quando certos cânones dentro desse micro universo que são os museus, invenção da alta cultura e lugar do refinamento e estilização, são criativamente expandidos (ou relativizados), tal como se observa na curadoria do Museu do Futebol.

Ao longo do texto procurei tencionar a aproximação entre a noção de *memória outra* e a noção strathethniana de *pessoa como um todo* acrescida da dimensão da temporalidade intersubjetiva proposta pela noção de coetaneidade (FABIAN, 2013), oferecendo profundidade ao domínio propriamente contextual em que se daria a produção criativa de relações. Noutras palavras, tratou de indicar não somente o aspecto espacializante (contextual) na fabricação da *pessoa como um todo*, mas levar em conta alguma profundidade temporal, ambas sensíveis tanto no *metiér* do antropólogo quanto do museólogo que lidam, cada um ao seu modo, com outras totalidades parciais e agentes actantes, reconhecidos como interlocutores de pesquisa, públicos potenciais dos museus e objetos que em princípio se apresentam nas formas reificadas ou classificadas da memorabilia.

A noção de *memória outra* como artefato metodológico estaria na confluência dos processos inventivos de significação tal como propostos por Wagner, mas nesse caso em específico trata-se também de significação retroativa, somada a produção de relações em “contextos strathethnianos” e a dimensão ortogonal da coetaneidade como instrumento metodológico de percepção temporal de todo esse processo de acercamento das relações intrínsecas ativadas na fabricação da pessoa do pesquisador em relação aos interlocutores, estendido aqui ao público torcedor, tal como insinua a tese de Alfonsi sobre sua curadoria frente ao museu do futebol.

No contexto da arguição foi chamada atenção para a experiência da etnografia e a atividade museográfica, na esteira da crítica ao presente etnográfico e museográfico, como potenciais “máquinas transformadoras”. Ou seja, máquinas como metáfora da atividade contínua de significação que levaria em conta o passado e a memória na recusa em tomar a escrita etnográfica ou mesmo uma exposição como peças reificadas de um processo inevitável de distanciamento ou de produção de dimensões extrínsecas às relações entre pesquisadores, interlocutores e públicos do museu e seus objetos. Sendo assim, a produção e acesso à leitura de uma etnografia ou a fruição de uma exposição mobilizariam os recursos da inventividade no processo de significação e percepção criativa sobre as classificações reificantes tanto num caso, a etnografia, quanto no outro, o espaço museográfico.

Alfonsi precisou inventar não sem obstáculos sua própria classe de coisas, e diria suas totalidades parciais, já que não partiu propriamente da posse de relíquias reificantes, em que pese o próprio Estádio do Pacaembu, morada do referido museu, ostentar essa qualidade. Ao abordar a fruição do futebol dentro das coisas museologizadas, definindo a espinha dorsal da tese, escreve: “optei por tomar a relação de um museu com seus objetos e seus públicos como o tema central para a tese” (ALFONSI, 2018, p.23). Eis um desafio a se generalizar.

Referências bibliográficas

- ALFONSI, Daniela. *Réplicas Originais*. Um estudo sobre futebol nos museus. (Doutorado em Antropologia Social). São Paulo: Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, 2018.
- AZEVEDO, Clara; Alfonsi, Daniela. A patrimonialização do futebol: notas sobre o Museu do Futebol. *Revista de História*, número 163, 2º semestre, 2010.
- BOCCHI, Gabriel Moreira Monteiro. *Do Estádio do Pacaembu para a Arena Corinthians: etnografia de um processo de 'atualização'*. (Dissertação de mestrado). São Paulo: Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, 2016.
- BRUMANA, Fernando G. *Antropologia dos sentidos*. Introdução às ideias de Marcel Mauss. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- DELEUZE, Giles. *Bergsonismo*. São Paulo: Editora 34 letras, 2012.
- DUARTE, Luiz Fernando Dias. Classificação e valor na reflexão sobre identidade social. Ruth Cardoso (org). *Aventura Antropológica. Teoria e Pesquisa*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- FABIAN, Johan. *O tempo e o outro: como a Antropologia estabelece seu objeto*. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.
- GEERTZ, Clifford. *Nova luz sobre a Antropologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2001.
- GOLDMAN, Marcio. *Alguma Antropologia*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.
- _____. "Contradiscursos afroindígenas sobre mistura, sincretismo e mestiçagem. Estudos etnográficos". Em R@U - Revista de Antropologia da UFSCar, (2), jul./dez. 2017: 11-28.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1993.
- HERZFELD, Michel. *Antropologia. Prática teórica na cultura e na sociedade*. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.
- INGOLD, Tim. *Estar vivo. Ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição*. Petrópolis: Editora Vozes, 2015.
- LATOUR, Bruno; WOOLGAR, Steve. *A vida de Laboratório. A produção dos fatos científicos*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.
- MAGNANI, José Guilherme. O circuito: proposta de delimitação da categoria. Ponto Urbe, n.15, 2014. Disponível em: <http://nau.fflch.usp.br/sites/nau.usp.br/files/upload/paginas/pontourbe-2041>. Acesso em: 30.01.2019.
- MAUSS, Marcel. "Relações reais e práticas entre a psicologia e a antropologia". *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.
- PEIRANO, Mariza. Antropologia no Brasil (alteridade contextualizada). Miceli. S. (org), *O que ler na Ciência Social Brasileira (1970-1995). Antropologia (volume I)*. São Paulo: Anpocs, 1999.
- PEREIRA, Alexandre Barbosa. *Um rolê pela cidade de riscos. Leituras da pichação em São Paulo*. São Carlos: EdUFSCar, 2018.
- SIMMEL, Georg. "A metrópole e a vida mental". In: VELHO, Otávio. (Org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1973.

- _____. A natureza sociológica do conflito”. In Moraes Filho (Org). *Simmel*. Sociologia. São Paulo: Ática, 1983.
- STRATHERN, Marilyn. *Fora de contexto. As ficções persuasivas da Antropologia*. São Paulo: Terceiro Nome, 2013.
- _____. A pessoa como um todo e seus artefatos. In: *O Efeito etnográfico*. São Paulo: Cosac&Naify, 2014.
- TOLEDO, Luiz Henrique. *Torcidas Organizadas de Futebol*. São Paulo: Anpocs/Autores Associados, 1996.
- _____. Sagrada arte de colecionar figurinhas: reagrupando o futebol. *Ponto.Urbe*, n.14, 2014.
- _____. *Remexer anotações*. O trabalho de um arguidor antropólogo. São Carlos: EdUFScar, 2019.
- WAGNER, Roy. *A invenção da Cultura*. São Paulo: Cosac & Naify, 2010.
- _____. *Símbolos que representam a si mesmos*. São Paulo: Editora da Unesp, 2017.

autor

Luiz Henrique de Toledo

Antropólogo e professor no curso de Ciências Sociais e no Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Coordenador do Laboratório de estudos das práticas lúdicas e sociabilidade (LELuS-UFSCar). Autor de *Torcidas Organizadas de Futebol* (Anpocs-Autores Associados, 1996) e *Lógicas no Futebol* (Hucitec-Fapesp, 2002).

Recebido em 31/01/2019

Aceito para publicação em 19/06/2019